

PROCESSO TCE N° 24.862.2019-80
ENTIDADE Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A - ACREDATA
NATUREZA: Recurso – Recurso de Reconsideração
OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC exarada nos autos do Processo n° 16.230.2012-40 (Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2011).
RESPONSÁVEL: José Marinho Campêlo
RELATOR: Cons. Valmir Gomes Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.686/2020

PLENÁRIO

EMENTA: Recurso de Reconsideração face ao Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC. Prestação de Contas da ACREDATA. Irregularidade. Conhecimento. Parcial provimento. Multa. Notificações. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator pelo: **CONHECIMENTO** do presente Recurso, para, no mérito, **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para excluir do Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC as letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “r”, do item 1, e por consequência o item 3, **MANTENDO-SE** os demais termos do referido Acórdão pelos seus próprios fundamentos.

Rio Branco-Acre, 30 de janeiro de 2020.

Conselheiro ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS

Presidente do TCE/AC

VALMIR GOMES RIBEIRO

Relator

Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

Conselheiro ANTONIO JORGE MALHEIRO

Conselheiro RONALD POLANCO RIBEIRO

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO

Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA

Fui presente: **João Izidro de Melo Neto**

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 24.862.2019-80
ENTIDADE Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A - ACREDATA
NATUREZA: Recurso – Recurso de Reconsideração
OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC exarada nos autos do Processo n° 16.230.2012-40 (Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2011).
RESPONSÁVEL: José Marinho Campêlo
RELATOR: Cons. Valmir Gomes Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC exarada nos autos do Processo n° 16.230.2012-40 (Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2011), julgado na 1349ª Sessão Ordinária do Pleno, do dia 13 de dezembro de 2018. Nele, à unanimidade, decidiu-se nos seguintes termos:

“Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator **Antonio Cristovão Correia de Messias: 1)** pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **irregular a Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados S/A (ACREDATA)**, referente ao exercício orçamentário e financeiro de **2011**, de responsabilidade do Sr. **Hedilberto Saraiva Gomes**, Diretor Presidente à época, em face das irregularidades e falhas apontadas pela DAFO: **A)** saldos divergentes na conta “Impostos Federais”, entre 2010 e 2011, no Balanço Patrimonial, no valor de **R\$ 906.361,06** (novecentos e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e seis

centavos); **B)** divergência entre a conta “Parcelamento Lei 11.941/2009” e a amortização da dívida informada pela Receita Federal do Brasil/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no valor de **R\$ 163.746,46** (cento e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos); **C)** lançamento efetuado à crédito no Patrimônio Líquido sem o devido amparo legal, sob a alegação do prejuízo fiscal, no valor de **R\$ 58.235.646,73** (cinquenta e oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos); **D)** ausência de registro contábil do valor utilizado para reduzir a dívida, bem como o valor líquido consolidado após as reduções fiscais indicadas em lei; **E)** divergência de **R\$ 45.541,70** (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta centavos), entre a variação do saldo da conta “Prejuízos Acumulados” e os valores informados na defesa, referente aos valores da dívida confirmados e os processos com exigibilidade suspensa; **F)** ausência do lançamento na conta “Ajuste de Aval/Patrimonial”, de **R\$ 1.134,00** (um mil, cento e trinta e quatro reais), que comporia o saldo da conta “Reservas de Capital”, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2010; **G)** ausência de comprovação do valor de **R\$ 33.722.044,18** (trinta e três milhões, setecentos e vinte e dois mil, quarenta e quatro reais e dezoito centavos), lançado na conta “juros/encargos s/ dívida”, que compõe a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e não se concilia com os demais demonstrativos; **H)** não publicação da integralidade da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em face da ausência de algumas contas na publicação; **I)** gastos com Assessoria Contábil, mesmo existindo Setor Contábil na ACREDATA; **J)** inconsistência dos dados pessoais de membro da Diretoria no Rol dos Responsáveis; **K)** programação orçamentária da ACREDATA com índice de 117,08% de variação positiva, evidenciando a ausência de planejamento; **L)** ausência de entrada no Almojarifado do registro de 2 (dois) “tokens”,

sem conta respectiva no inventário analítico do almoxarifado; **M)** ausência de publicação do ato de ratificação ou mesmo do extrato do contrato da dispensa que originou o Contrato ACREDATA nº 01/2010; **N)** dois contratos com a mesma numeração sequencial, firmados na mesma data, para fornecedores distintos; **O)** ausência da justificativa e do fundamento legal no contrato de prestação de serviços firmado com a empresa SEDEP; **P)** ausência do Parecer de Auditoria Independente; **Q)** ausência de assinatura de Conselheiro no Parecer do Conselho Fiscal; e **R)** pagamento de juros relativos ao parcelamento feito com base na Lei Federal nº 11.941/2009, não sendo detalhado nos históricos dos lançamentos do Livro Razão, em relação aos valores consolidados junto à Receita Federal; **2)** pela **aplicação de multa** ao Sr. **Hedilberto Saraiva Gomes**, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do **Tesouro Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em razão das impropriedades apontadas pela DAFO (Relatório Técnico Complementar de fls. 493 a 501); **3)** pela **aplicação de multa**, ao Sr. **José Marinho Campêlo**, responsável pelo Setor Contábil da ACREDATA, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 1.785,00** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), a ser recolhida em favor do **Tesouro Estadual**, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em razão das inconsistências contábeis apontadas pela DAFO (Relatório Técnico Complementar de fls. 493 a 501); **4)** pela **notificação da atual direção da ACREDATA**, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela análise técnica, a fim de evitar as inconformidades apontadas e eventualmente corrigi-las, caso ainda persistam, nas próximas edições da matéria; **5)** pelo **encaminhamento** desta decisão, para conhecimento, aos Excelentíssimos Senhores **Governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa**; e **6)** pela **abertura**

de Tomada de Contas Especial, para verificar se os valores incoerentes dos demonstrativos contábeis implicam em dano ao Erário ou valor sem cobertura e justificativa financeira. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.”

2. Irresignado, o **Sr. José Marinho Campêlo**, protocolizou tempestivamente, o presente Recurso de Reconsideração e fez juntar aos autos os documentos de fls. 11/34.
3. Nas razões recursais, em síntese, quanto aos saldos divergentes na conta “Impostos Federais” o recorrente alega que tal diferença está incluída no processo de Consolidação do Parcelamento, de acordo com a Lei nº 11.941/09.
4. No tocante à divergência entre a conta “Parcelamento Lei 11.941/2009” e a amortização da dívida informada pela Receita Federal do Brasil/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o recorrente alega que não foi possível esclarecer esta pendência por insuficiência de tempo.
5. Quanto ao lançamento efetuado a crédito no Patrimônio Líquido sem o devido amparo legal, sob a alegação do prejuízo fiscal, bem como ausência de registro contábil do valor utilizado para reduzir a dívida e valor líquido consolidado após as reduções fiscais indicadas em lei, o recorrente alega que o lançamento à crédito efetuado decorre de prejuízo fiscal amparado pela lei nº 11.941/2009 e que a operação foi acolhida pela Receita Federal do Brasil. Ainda, alega que as operações quanto à este tópico não poderiam ser registradas contabilmente, pois o prejuízo fiscal é controlado unicamente através do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real).
6. Quanto a divergência de **R\$ 45.541,70** (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta centavos), entre a variação do saldo da conta “Prejuízos Acumulados” e os valores informados na defesa, referente aos valores da dívida confirmados e os processos com exigibilidade suspensa, o recorrente alega que não foi possível encontra-la.

7. Quanto à ausência do lançamento na conta “Ajuste de Aval/Patrimonial”, o recorrente alega que o erro já foi sanado no processo de origem e para comprovar anexou o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido.
8. Quanto à ausência de comprovação do valor de **R\$ 33.722.044,18** (trinta e três milhões, setecentos e vinte e dois mil, quarenta e quatro reais e dezoito centavos), lançado na conta “juros/encargos s/ dívida”, o recorrente alega que este montante decorre de juros e encargos da dívida contratada originários de 03 processos de parcelamento de tributos junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da lei nº 11.941/2009.
9. Quanto a não publicação da integralidade da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o recorrente alega que este ato ficou inviabilizado por escassez de dinheiro.
10. Quanto aos gastos com Assessoria Contábil, mesmo existindo Setor Contábil na ACREDATA, o recorrente alega em síntese que o setor não tinha competência para lidar com o Programa REFIS respaldado pela lei nº 11.941/2009 e por este motivo contratou profissional qualificado.
11. Quanto à inconsistência dos dados pessoais de membro da Diretoria no Rol dos Responsáveis, o recorrente confessou que os dados estão realmente incorretos.
12. Quanto à ausência de planejamento da Programação Orçamentária, o recorrente alega que há planejamento, no entanto, os Orçamentos sempre foram abertos com baixo valor, em função da indisponibilidade de recursos financeiros.
13. Quanto à ausência de entrada no Almoxarifado do registro de 2 (dois) “tokens”, sem conta respectiva no inventário analítico do almoxarifado, o recorrente alega que os objetos foram adquiridos, mas que foram registrados no estoque de forma errada.
14. Quanto à ausência de publicação do ato de ratificação ou mesmo do extrato do contrato da dispensa que originou o Contrato ACREDATA nº 01/2010, a existência de dois contratos com a mesma numeração sequencial, firmados na mesma data, para fornecedores distintos e à ausência da justificativa e do fundamento legal no contrato de prestação de serviços firmado com a empresa SEDEP, o recorrente alega que

desconhece da publicação, alega ainda que efetuou a correção da numeração dos processos e que juntou Parecer Jurídico deferindo a contratação da SEDEP.

15. Quanto à ausência do Parecer de Auditoria Independente, o recorrente alega que a situação econômica e financeira da ACREDATA inviabiliza o atendimento da Resolução TCE nº 62/2008 e lei nº 6.404/76.

16. Quanto à ausência de assinatura de Conselheiro no Parecer do Conselho Fiscal, o recorrente confessa a falha apontada.

17. Por fim, quanto ao pagamento de juros relativos ao parcelamento feito com base na Lei Federal nº 11.941/2009, não sendo detalhado nos históricos dos lançamentos do Livro Razão, em relação aos valores consolidados junto à Receita Federal, o recorrente alega que todos os lançamentos foram detalhados.

18. A 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO elaborou o Relatório de Análise Técnica às fls. 41-46, pugnando pelo provimento parcial do recurso impetrado.

19. O Ministério Público de Contas, por meio de sua ilustre Procuradora, a Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, manifestou-se às fls. 51/53 opinando pelo parcial provimento do recurso, para excluir do Acórdão nº 11.046/2018/Plenário-TCE/AC as letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “r”.

20. É o Relatório.

Rio Branco, 30 de janeiro de 2020.

Cons. **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Relator

PROCESSO TCE N° 24.862.2019-80
ENTIDADE Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A - ACREDATA
NATUREZA: Recurso – Recurso de Reconsideração
OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC exarada nos autos do Processo n° 16.230.2012-40 (Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2011).
RESPONSÁVEL: José Marinho Campêlo
RELATOR: Cons. Valmir Gomes Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO
(RELATOR):

O presente recurso atende os pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No mérito, tendo visto e analisado o presente processo e consubstanciado no Relatório de Análise Técnica de fls. 41/46, bem como o douto Parecer do MPE, de fls. 51/53, entendemos estarem sanadas as irregularidades dispostas nos itens 3 a 8 e item 17 do relatório acima.

No entanto, quanto aos demais itens, temos que as teses da defesa não devem prosperar, pois não trazem fatos novos e/ou justificativas que possam sanar as falhas apontadas no Acórdão recorrido. Isto posto, concluo votando:

1. Pelo **CONHECIMENTO** do presente Recurso, para, no mérito, **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para excluir do Acórdão n° 11.046/2018/Plenário-TCE/AC as letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “r”, do item 1, e por consequência o item 3, **MANTENDO-SE** os demais termos do referido Acórdão pelos seus próprios fundamentos;
2. Pela Notificação do Sr. José Marinho Campêlo, para tomar conhecimento desta decisão;

3. Após as formalidades de estilo, pelo ARQUIVAMENTO dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 23 de janeiro de 2020.

Cons. **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Relator